

**Escolhas Contábeis: O Impacto do Ativo Não-Circulante Disponível para Venda sobre o Indicador de Liquidez Corrente**

**MANUELA GONÇALVES BARROS**

*Universidade de Rio Verde (UNIRV)*

**MARIA DA SOLEDADE FERREIRA DOS SANTOS**

*Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA)*

**LEORTÉNOLP SABRYNA DA SILVA OLIVEIRA**

*Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA)*

**GREYCE KELLY DE MATOS CARRIJO BRITO**

*Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA)*

**Resumo**

O Pronunciamento Contábil CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada estabelece que os ativos não circulantes mantidos para venda sejam separados de outros ativos à medida que sua natureza e uso tenham mudado, de modo que, ao identificar os ativos cujo valor será sobretudo recuperado através da venda e não através do uso, ocorrem importantes implicações sobre o caixa. Neste sentido, teve-se por objetivo, no presente estudo, apresentar o impacto do ativo não circulante disponível para venda sobre o indicador de liquidez corrente. A amostra foi composta por 31, 36 e 32 companhias ativas com ações negociadas em bolsa na América Latina, com sede no Brasil, nos anos de 2013, 2014 e 2015, respectivamente. A análise do efeito da conta sobre o indicador foi feita por meio do teste de *Wilcoxon*, alternativa ao teste *t Student*, para o ano de 2015, e por meio do teste *t Student*, para os anos de 2013 e 2014. Os testes foram utilizados para comparar duas médias/medianas populacionais a partir de amostras emparelhadas com determinado valor teórico e indicaram uma diferença estatisticamente significativa entre o indicador de liquidez calculado com e sem o ativo não circulante mantido para venda apresentado nos períodos em estudo. Verificou, ainda, que a possibilidade de reclassificação pode dar abertura a reclassificações para fins de melhorar a imagem da empresa com base em seus indicadores financeiros. Apesar dos resultados apresentados, não se pode afirmar que houve reclassificação para fins de gerenciamento, isso porque se a empresa adota fielmente os requisitos de reclassificação traduzidos pelo CPC 31, os resultados seriam condizentes com o que de fato ocorreu na empresa.

**Palavras chave:** Ativo Não Circulante Mantido para Venda, Reclassificação, Liquidez Corrente, Escolhas Contábeis.

## 1 Introdução

Com a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, ocorrida no Brasil por meio dos Pronunciamentos Técnicos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), foram ampliadas as possibilidades de escolhas contábeis. Isso porque, conforme Marcelino, Albuquerque e Quirós (2016), as normas emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) são baseadas em princípios, de modo a delegar o julgamento profissionais a prática dessas normas, com implicações nos relatórios financeiros.

Fields, Lys e Vincent (2001) afirmam que uma escolha contábil pode influenciar no resultado da contabilidade, incluindo não apenas as demonstrações contábeis, mas outros documentos decorrentes da mesma. Para os autores é formidável analisar o impacto dessas escolhas sobre os resultados das demonstrações contábeis e conseqüentemente sobre os indicadores contábeis utilizados para a análise financeira da empresa. Acrescentam ainda que, há uma impossibilidade de extinguir a flexibilidade das regras contábeis, já que estas são múltiplas e dependem da gestão e de diversos métodos contábeis, além da necessidade de cada entidade, podendo ter variações que influenciam seu resultado contábil.

O Pronunciamento Contábil CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada – aprovado em 2009 é um dos frutos das normas internacionais de contabilidade, e refere-se a uma classificação contábil que, antes da publicação da norma, potencialmente, dava abertura para o gerenciamento de resultados. Conforme Gertze et al. (2016), o referido pronunciamento estabelece que os ativos não circulantes mantidos para venda sejam separados de outros ativos à medida que sua natureza e uso tenham mudado, de modo que, ao identificar os ativos cujo valor será sobretudo recuperado através da venda e não através do uso, ocorrem importantes implicações sobre o caixa.

Além desse impacto da classificação sobre o caixa da empresa, entende-se que tal pronunciamento, ao estabelecer requisitos obrigatórios para a reclassificação de ativos não circulantes mantidos para a venda, reduziu a possibilidade de reclassificação para fins de manipulação das informações contábeis.

Diante do exposto, e considerando que o ativo não circulante que passa a atender às características de mantido para venda é reclassificado para o ativo circulante, normalmente dentro do grupo “outros ativos”, essa pesquisa visa responder ao seguinte questionamento: Qual o impacto do ativo não circulante disponível para venda sobre o indicador de liquidez corrente?

Dado o problema de pesquisa, tem-se por objetivo geral verificar qual é o impacto do ativo não circulante disponível para venda sobre o indicador de liquidez corrente.

Dado o objetivo geral, tem-se por objetivos específicos:

- Verificar possíveis indícios de reclassificação para fins de gerenciamento do indicador em estudo;
- Verificar a apresentação dos passivos relacionados ao ativo não circulante mantido para venda;
- Verificar se as empresas que apresentaram a conta Ativo Não Circulante Mantido para Venda com saldo no ano de 2013 também a apresentaram com saldo nos anos de 2014 e 2015.

Justifica-se o propósito desta pesquisa por considerar-se importante a análise do impacto da norma referente ao ativo não circulante mantido para venda e operações descontinuadas sobre a informação contábil. Isso porque a reclassificação de ativos não

circulantes em ativos não circulantes mantidos para venda é considerada uma escolha contábil que demanda julgamento e que poderia ser utilizada com o propósito de melhorar resultados dos indicadores perante a análise dos investidores.

Além disso, justifica-se ainda por permitir evidências quanto à eficácia da norma de contabilidade CPC 31 no que tange à reclassificação indevida e seus impactos sobre as demonstrações contábeis das empresas. O indicador de liquidez foi analisado pelo fato de estar relacionados ao ativo circulante das empresas, subgrupo de contas do ativo no qual o ativo não circulante mantido para venda é inserido, e por ser um indicador tradicionalmente utilizado na análise de investidores.

Destaca-se que as operações descontinuadas não compuseram o escopo do trabalho, apesar de serem abrangidas pelo CPC 31. Isso porque estas mais evidentemente teriam uma influência significativa nos indicadores, uma vez que são geralmente decorrentes de uma interrupção por completo de uma linha de produção.

A pesquisa encontra-se estruturada em cinco capítulos, sendo o primeiro a introdução. Na sequência, são apresentados o referencial teórico; a metodologia de pesquisa, que indica os procedimentos de coleta e análise dos dados; os resultados da pesquisa e as considerações finais sobre as evidências encontradas.

## **2 Referencial Teórico**

Conforme Fields, Lys e Vincent (2001) as escolhas contábeis consistem em decisões que influenciam os resultados das demonstrações contábeis, além de outros documentos decorrentes da contabilidade. Conforme os autores, as escolhas dos stakeholders podem abranger as práticas operacionais ou contábeis e, se tiverem por objetivo lesar terceiros, são consideradas fraude.

Os autores supracitados colocam ainda que as normas contábeis são flexíveis, de modo a permitir que a situação econômica financeira da entidade que reporta a informação possa gerar informações fidedignas, visto que a divulgação é dinâmica de acordo com o desenvolvimento do comércio e das normas legais, inviabilizando inflexibilidade das normas contábeis.

De acordo com Coelho e Lopes (2007) existem gestores que usam essas práticas contábeis de forma oportunista, ou seja, utilizam para aumentar seus próprios interesses, por meio do gerenciamento de resultados.

O gerenciamento de resultados por meio de atitudes oportunistas pode trazer prejuízos para os usuários da informação contábil (Lopes, 2002), os quais ficam sujeitos à tomadas de decisões equivocadas, baseadas em relatórios manipulados em favor dos gestores.

Segundo Van Tendeloo e Vanstraelen (2005), a adoção de IFRS traz para o mercado é um ponto positivo, visto que aumenta a qualidade e transparência das informações contábeis.

Considerando o apresentado, e diante da possibilidade de reclassificação de ativos não circulantes para ativos não circulantes mantidos para venda, nos conformes da norma CPC 31, o qual apresenta a finalidade de estabelecer, apresentar e divulgar seus métodos de contabilização, esta pesquisa voltou-se para o estudo da classificação do referido ativo como uma possível escolha contábil para as organizações.

### **2.1 Aspectos Gerais do Ativo Não Circulante Mantido para Venda**

Segundo Black e Nakao (2017) a contabilidade vem sofrendo grandes alterações nos últimos tempos, uma delas foi aderir as Normas Internacionais de Contabilidade. Conforme os autores, com o progresso dessas alterações as informações passaram a ser essenciais para as

entidades e o profissional passou a ter responsabilidade ainda maior na avaliação do conhecimento financeiro.

Souza, Botinha e Lemes (2016) colocam que o Brasil passou a fazer parte dessa mudança a partir de 2007, quando a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), através da Instrução n.457, que tornou obrigatória a adoção das IFRS para empresas de capital aberto no Brasil, a partir do final do exercício, em 31 de dezembro de 2010.

O processo de convergência no Brasil teve início a partir de 2008, para companhias S/A e companhias de alto porte, com intuito de tornar mais correta a interpretação das demonstrações contábeis (Barbosa, Dias & Pinheiro, 2009) e, conforme Silva, Albuquerque e Dantas (2016), assegura que as informações contábeis, sejam mais claras e confiáveis, proporcionando, assim, informações com maior qualidade aos seus usuários.

A finalidade da norma contábil CPC 31 (2009), é determinar orientações contábeis novas e revisadas para os ativos tangíveis de longo prazo identificados para alienação, além da apresentação e divulgação de informações sobre operações descontinuadas (Mackenzie et al., 2012).

Conforme Voss e Prewysz-Kwinto (2015), se a empresa espera recuperar o valor contábil do ativo não circulante ou do grupo em alienação, sobretudo por meio de uma venda, ao invés do seu uso contínuo para os propósitos da própria companhia, o ativo se qualifica como uma propriedade do grupo, como instalação ou como um equipamento mantido para venda, os quais constituem ativos circulantes, apresentados separadamente de outros ativos no balanço patrimonial.

O ativo não circulante mantido para venda deverá ser classificado como tal se estiver disponível para venda imediata, sendo que esta deve ser completada, ou espera-se que seja, em até um ano após a data de classificação (Mackenzie et al., 2012). Este período pode estender por algum acontecimento ou circunstância fora do controle da empresa, devendo haver evidência suficiente do comprometimento da empresa com a intenção de venda do ativo (CPC 31, 2009).

Conforme Oliveira (2017), quando se espera que a venda ocorra após um ano, as despesas de vendas são mensuradas pelo seu valor presente, qualquer aumento no valor presente da venda resultante do tempo, deve ser apresentado na demonstração do resultado como despesa financeira. As empresas devem apresentar separadamente qualquer receita e despesa acumulada no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) referente ao ativo não circulante mantido para venda (CPC 31, 2009).

Oliveira (2017) coloca ainda que o passivo relacionado ao ativo não circulante mantido para venda deve ser apresentado separadamente dos outros passivos no Balanço Patrimonial. O referido autor informa que os juros e outros gastos aplicados aos passivos de grupos de ativos classificados como disponíveis para venda devem continuar a ser reconhecidos no Balanço Patrimonial. De acordo com Oliveira (2017), é importante ressaltar que a depreciação e a amortização cessem, no momento em que o ativo não circulante seja classificado como mantido para venda.

Quanto à mensuração do ativo não circulante mantido para venda, o CPC 31 coloca que o ativo que atende ao critério de classificação como disponível para venda seja mensurado pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzida dos custos da venda.

Com relação aos itens reclassificados, a companhia deve divulgar em notas explicativas, a partir da sua classificação, os seguintes itens: (a) definição do ativo não circulante; (b)

definição dos eventos e ocorrências; (c) ganho ou perda por diminuição do valor recuperável de ativos; (d) segmento do ativo não circulante mantido para venda (CPC 31, 2009).

## **2.2 A qualidade da informação contábil e o uso da contabilidade como instrumento de redução da assimetria informacional**

O mercado financeiro tem optado por informações mais transparentes nas relações entre os empresários e acionistas. Conforme Joia e Nakao (2014) a transparência e a qualidade das informações passaram a ser exigidas após sua divulgação conforme a exigência das normas International Financial Reporting Standards (IFRS), coordenado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Klan (2011) afirma que essa convergência tem como principal objetivo reduzir as distorções das informações apresentadas pelas entidades, diminuindo então a assimetria informacional entre os usuários da informação contábil.

Decourt et al. (2014) afirmam que as companhias e os acionistas prezam por informações claras e com alto padrão de qualidade nos relatórios contábeis, já que é através dos relatórios que as entidades mostram seu comportamento financeiro. Conforme o autor, ao divulgar informações de qualidade sobre sua situação financeira, as entidades permitem a redução da assimetria informacional e também uma tomada de decisão mais justa por parte dos usuários da informação.

Conforme Batista (2008) a assimetria informacional ocorre entre os usuários quando há um conflito de interesses entre o principal e o agente, em que o detentor do controle pode tomar decisões que conflitem o aumento da riqueza da entidade e dos acionistas, investidores/proprietários do capital. Diante de tais conflitos de interesses as pessoas podem aproveitar e se beneficiar das brechas na legislação para chegarem a seus objetivos pessoais, possibilitando utilizar a discricionariedade e concedendo aos proprietários a liberdade na divulgação dos resultados (Nardi & Nakao, 2009).

Murcia e Carvalho (2007) consideram que para diminuir a possibilidade de assimetria informacional, as informações produzidas pela contabilidade precisam ser úteis e confiáveis, e que em certos momentos os responsáveis pelas divulgações podem acabar manejando as informações com intuito de beneficiarem a si mesmo ou a própria empresa, podendo gerar informações duvidosas e acarretando futuramente em distorção para os outros usuários. Assim, não há como esperar que a informação contábil seja capaz de anular toda a assimetria informacional, mas, pode reduzi-la parcialmente (Cardoso e Martinez, 2006).

## **2.3 Gerenciamento de Resultados**

O Gerenciamento de resultados (GR) é usualmente denominado na literatura internacional como Earnings Management. Paulo (2007) aponta esse termo como suavização de resultados ou ainda contabilização conservadora para diminuição de lucros correntes em prol de lucros futuros e maquiagem de demonstrações contábeis.

As escolhas contábeis que visam alterar os relatórios e a avaliação do desempenho e influenciar as relações contratuais são consideradas gerenciamento de resultados (Paulo, 2007). Segundo Klann, Beuren e Hein (2009), os autores Francis (2001), Cohen, Dey e Lys (2008) e Libby e Seybert (2009) afirmam existir duas formas diferentes de ocorrência do gerenciamento de resultados: decisões contábeis e decisões de transação.

Conforme citado por Klann, Beuren e Hein (2009), Libby e Seybert (2009), colocam que decisões contábeis são as escolhas entre duas regras igualmente aceitas e Van Beest (2009) afirmam que as decisões de transação referem-se a escolhas de transações e contratos de estruturação ou ajustes reais nas atividades de produção e investimentos.

Conforme Santos e Paulo (2006, p. 16) “a possibilidade de distorção das informações contábeis, geralmente, nascem da existência de critérios alternativos de reconhecimento, mensuração e/ou evidenciação dentro do sistema contábil”. Isso proporciona aos administradores escolher uma entre duas ou mais alternativas válidas, para retratar as informações da forma mais conveniente, podendo distorcer a análise do comportamento.

De acordo com Cardoso e Martinez (2006) o gerenciamento de resultados contábeis por decisões operacionais é um procedimento utilizado para indicar um conjunto de práticas adotadas por gestores com a finalidade de obter os resultados contábeis desejados. Normalmente esses resultados podem proceder de decisões que estão dentro dos parâmetros legais.

Cardoso e Martinez (2006) apontam ainda que as decisões contábeis envolvem as escolhas das práticas contábeis relacionadas com: a) a identificação do fenômeno – atos e fatos, b) mensuração de seus efeitos no patrimônio da entidade, c) classificação de itens contábeis, d) reconhecimento contábil, e) sumarização e evidenciação da situação patrimonial e financeira da entidade.

Paulo (2007) afirma que o gerenciamento de resultado pela manipulação classificatória dos elementos das demonstrações contábeis, é pouco discutido na literatura acadêmica, porém não significa que é pouco utilizado. Conforme o autor, a reclassificação das contas contábeis tem impacto na mensuração dos ativos, passivos, receita, despesas e patrimônio líquido, e, por consequência, prejudicam a análise de liquidez, endividamento, rentabilidade e alavancagem da empresa.

## **2.4 Indicadores de liquidez**

Conforme pode-se verificar em Neto, Dias e Pinheiro (2009), antes da aderência do Brasil à convergência às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), as Normas Contábeis Brasileiras e as IFRS possuíam diferentes padrões contábeis, de modo que havia potencial impacto nos valores divulgados nas demonstrações contábeis elaboradas conforme cada padrão e alteração nos valores dos indicadores calculados a partir das mesmas.

Klann, Beuren e Hein (2009) trazem uma discussão sobre a possibilidade de, antes da convergência, uma companhia brasileira apresentar indicadores favoráveis mediante as normas contábeis brasileiras, porém diferentes caso fossem calculados de acordo com as normas contábeis internacionais. Apesar de após a convergência às IFRS as informações contábeis e as decorrentes das mesmas terem se tornado significativamente mais comparáveis e com representação mais fidedigna, seguindo um padrão contábil internacional, os indicadores contábeis podem ainda sofrer o impacto das classificações contábeis.

Considerando o potencial de afetação da reclassificação de um ativo não circulante para uma conta de ativo não circulante mantido para venda sobre o indicador de liquidez corrente, uma análise do impacto da reclassificação do ativo não circulante mantido para venda sobre o resultado do indicador é capaz de trazer evidências quanto à eficácia da norma em tornar a classificação do item contábil mais confiável e fidedigna no que diz respeito à dificultar a manipulação infiel da informação disponibilizada para os usuários da contabilidade.

Segundo Pastor e Stambaugh (2001), a liquidez é a possibilidade de negócio acelerado do seu ativo, ou seja, o que vira dinheiro mais rápido na compra ou na venda de um ativo. Conforme Rosch e Subrahmanyam e Dijk (2013) ela é representada pelo maior volume de negociação, que implica na diminuição dos custos de transações e torna o mercado mais eficiente em termos de distribuição.

De acordo com Marion (2010) os indicadores de liquidez são empregados para conhecer se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos, podendo essa capacidade ser avaliada em termos de curto prazo, longo prazo ou prazo imediato.

Os indicadores de liquidez se subdividem em:

- Liquidez Corrente (LC), a qual mostra a capacidade que a empresa tem para liquidar sua dívida em curto prazo e é calculada conforme a Figura 01:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Figura 01: Fórmula da Liquidez Corrente

- Liquidez Seca (LS), a qual identifica qual a capacidade da empresa para pagar suas dívidas, contando somente com disponível e duplicatas a receber, e é calculada conforme a Figura 02:

$$LS = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoque}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Figura 02: Fórmula da Liquidez Seca

Liquidez Geral (LG), a qual reflete a capacidade da empresa para cobrir suas dívidas, convertendo tudo que ela possui em dinheiro, assumindo toda a dívida de curto e longo prazo. A liquidez geral é calculada conforme apresentado na Figura 03:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo não Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

Figura 03: Fórmula da Liquidez Geral

- Liquidez Imediata (LI), a qual avalia a capacidade para pagamento em prazo imediato que a empresa dispõe, ou seja, se tem em caixa para pagar suas dívidas, sendo calculada conforme a Figura 04:

$$LI = \frac{\text{Caixa} + \text{Banco} + \text{Aplicações Financeiras de Curto Prazo}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Figura 04: Fórmula da Liquidez Imediata

### 3 Metodologia

Este estudo foi realizado por meio de pesquisa aplicada e exploratória, a qual buscou proporcionar maior familiaridade com o tema e uma resposta para um problema ainda não explorado. No que tange à abordagem de pesquisa, a mesma caracteriza-se como quantitativa, já que foram analisados estatisticamente dados quantitativos das demonstrações contábeis das empresas pertencentes à amostra.

O indicador analisado foi o índice de liquidez corrente, devido ao mesmo abranger o ativo circulante em seu numerador, estando incluso o ativo não circulante disponível para venda de curto prazo. Dentre os indicadores de liquidez, o índice de liquidez geral, não foi analisado devido a este abranger o ativo circulante e não circulante, não permitindo verificar o impacto da mudança de posição do item contábil objeto do estudo, o ativo não circulante mantido para venda. Isto devido a reclassificação do mesmo se dar a partir da transferência de uma conta não circulante do ativo para uma conta circulante do mesmo grupo, de modo que ocorre apenas uma permuta entre duas contas que compõem o numerador do indicador.

Para fins da investigação proposta, entende-se que uma diferença não significativa estatisticamente entre os resultados do indicador de liquidez corrente com e sem a inclusão da conta ativo não circulante mantido para a venda, indicaria uma evidência de que a reclassificação do item não foi motivada por uma intenção de manipulação da informação.

Segundo Maroco (2007), o teste Wilcoxon se utiliza da mediana populacional e é uma alternativa ao teste t Student para comparar duas médias populacionais a partir de amostras emparelhadas com determinado valor teórico. Conforme o autor, se a variável for contínua e apresentar distribuição normal utiliza-se o teste t Student por ser mais potente. Já se a variável for ordinal ou contínua, porém não apresentar distribuição normal, deve-se utilizar o teste de Wilcoxon.

A análise do impacto da conta ativo não circulante mantido para venda sobre o indicador de liquidez foi realizada por meio do teste de Wilcoxon, para o ano de 2015 e por meio do teste t Student, para o ano de 2013 e 2014.

Optou-se pelo uso do teste de Wilcoxon para o ano de 2015, ao invés do teste t Student, devido à característica de não normalidade dos dados em análise. Já para o ano de 2013 e 2014, foi utilizado o teste t Student, devido ao resultado de normalidade dos dados referentes à liquidez corrente calculada antes e após a subtração do ativo não circulante mantido para venda, conforme verificado no teste de normalidade, cujos resultados são apresentados na Tabela 01:

Tabela 01- Testes de normalidade para as amostras de 2013 à 2015

Variáveis a serem analisadas nos testes de média	Kolmogorov-Smirnov <sup>a</sup>			Shapiro-Wilk		
	Estatística	Df	Sig.	Estatística	Df	Sig.
<b>Amostra de 2013</b>						
LC tradicional Ativo Não Circulante Mantido para Venda ((monetário)	0,132	31	0,179	0,945	31	0,113
	0,083	31	0,200	0,965	31	0,388
<b>Amostra de 2014</b>						
LC tradicional Ativo Não Circulante Mantido para Venda (monetário)	0,137	36	0,087	0,874	36	0,001
	0,130	36	0,129	0,917	36	0,01
<b>Amostra de 2015</b>						
LC tradicional Ativo Não Circulante Mantido para Venda (monetário)	0,273	32	0,000	0,55	32	0,000
	0,260	32	0,000	0,577	32	0,000

Notas. a. Lilliefors Significance Correction.

Conforme pode ser verificado na Tabela 01, os testes de normalidade, Kolmogorov Smirnov e Shapiro-Wilk, indicaram que não há normalidade nos dados analisados para o ano de 2015, já que o nível de significância é 0, valor inferior a 5% ou 0,05. Já para o ano de 2014, o teste de Kolmogorov Smirnov indicou que há normalidade nos dados analisados para

o ano de 2014, já que o nível de significância é, para ambas as variáveis, superior a 5% ou 0,05. Para o ano de 2013, os testes de Kolmogorov Smirnov e Shapiro-Wilk, indicaram que há normalidade nos dados analisados, com nível de significância superior a 5% ou 0,05.

Além do teste de médias, para uma análise complementar, foi utilizada a técnica de análise de regressão, com vistas a perceber o impacto da conta ativo não circulante mantido para venda sobre o indicador de liquidez.

Conforme Fávero (2015), a técnica de análise de regressão busca entender o comportamento de uma ou mais variáveis dependentes ou preditoras que podem comprometer o resultado da empresa. A regressão tem objetivo de analisar o procedimento dos dados e a relação entre as variáveis, por meio das técnicas de dependência permitindo ponderar os resultados obtidos mediante testes estatísticos e elaborar previsões do objeto em estudo (Fávero, 2015).

Fávero (2015) mostra que a técnica de Regressão Linear possibilita o estudo da relação entre uma ou mais variáveis explicativas e uma variável dependente quantitativa. Os modelos lineares que envolvem a distribuição normal prevalecem na modelagem de dados, sendo conceituados teoricamente, estimando e respeitando a características dos dados da variável Y, que representa o objeto em estudo.

Para este estudo foi utilizado o modelo de regressão simples, na qual é inserida apenas uma variável independente, para analisar o comportamento do fenômeno em estudo. Como variável dependente foi utilizado o indicador de liquidez corrente e como variável independente o ativo não circulante mantido para venda, variável explicativa.

Para obter resultado da regressão linear simples, utilizou-se, o seguinte modelo de regressão:

$$LC = \alpha + \beta_1 \cdot AtvNCMV + u$$

Em que:

LC representa a variável dependente em estudo, liquidez corrente, calculada pela razão entre o ativo circulante pelo passivo de curto prazo;

$\alpha + \beta_1$  representa o coeficientes linear e angulares do modelo em estudo, denominados alfa e Beta;

AtvNCMV representa à variável independente em estudo, possibilitando verificar qual influência do ativo não circulante mantido para venda (em valor monetário) sobre a liquidez corrente; e

u representa o termo de erro, a diferença entre os valores da liquidez corrente reais e estimados.

### 3.1 Composição da amostra

A população em estudo foi composta, inicialmente, por todas as empresas ativas com ações negociadas em bolsa na América Latina, com sede no Brasil, cujos dados consolidados foram obtidos na base Economática. Foram analisados três períodos: os anos de 2013, 2014 e de 2015, separadamente.

A amostra inicial em 2013 totalizou 579 empresas. Como a análise envolve os efeitos do ativo não circulante mantido para venda sobre o indicador de liquidez, foram excluídas da amostra 546 empresas que não apresentavam ativo não circulante disponível para venda.

Numa etapa posterior, foi excluída da amostra 1 empresa que apresentava “erro no valor” no cálculo dos indicadores de liquidez antes ou após a exclusão da conta ativo não circulante mantido para venda, por não apresentar o passivo circulante.

Ainda, foi eliminada 1 empresa caracterizada como outlier, a qual foi identificada pela técnica estatística Z-score. Foi considerada outlier a empresa que apresentou Z-score acima de 3 ou abaixo de -3 para os indicadores liquidez corrente, antes ou após a eliminação do ativo não circulante mantido para venda. O resumo da composição da amostra é apresentado na Tabela 02:

Tabela 02 – Composição da amostra para o ano de 2013

Total de empresas obtidas na base Econômica	<b>579</b>
(-) Empresas que não possuem ativo não circulante disponível para venda	546
(-) Com características de <i>outliers</i>	1
(-) Não apresenta o Passivo Circulante	1
(=) Amostra final em 2013	<b>31</b>

Realizado o mesmo processo para o ano de 2014, foram excluídas da amostra 542 empresas que não apresentavam ativo não circulante disponível para venda e uma que não apresentava o subgrupo passivo circulante. O resumo da composição da amostra é apresentado na Tabela 03:

Tabela 03 – Composição da amostra para o ano de 2014

Total de empresas obtidas na base Econômica	<b>579</b>
(-) Empresas que não possuem ativo não circulante disponível para venda	542
(-) Não apresenta o Passivo Circulante	1
(=) Amostra final em 2014	<b>36</b>

No ano de 2015, foram excluídas da amostra 545 empresas que não apresentavam ativo não circulante disponível para venda e 1 que não apresentava o subgrupo passivo circulante. Foi eliminada, ainda, 1 empresa caracterizada como outlier. A Tabela 04, a seguir apresenta o resumo da composição da amostra final para o referido ano:

Tabela 04 – Composição da amostra para o ano de 2015

Total de empresas obtidas na base Econômica	<b>579</b>
(-) Empresas que não possuem ativo não circulante disponível para venda	545
(-) Não apresenta o Passivo Circulante	1
(-) Com características de <i>outlier</i>	1
(=) Amostra final em 2015	<b>32</b>

A eliminação das empresas identificadas como prováveis outliers ocorreu no sentido de não prejudicar os resultados e a análise dos mesmos, já que, conforme Fávero (2009) esse tipo de dado pode distorcer os resultados.

Os anos 2013, 2014 e 2015 foram selecionados pois buscou-se considerar um período recente e verificar se as mesmas empresas apresentaram a conta, Ativos Não Circulantes

Mantidos para Venda com saldo no período contínuo. A análise de 3 (três) anos seguidos foi realizada ainda pelo fato de a norma indicar que a venda do ativo não circulante classificado como mantido para venda deverá ser completada, ou espera-se que seja, em até um ano após a data de classificação (Mackenzie et al., 2012), período que pode, no entanto, se estender por algum acontecimento ou circunstância fora do controle da empresa, devendo haver evidência suficiente do comprometimento da empresa com a intenção de venda do ativo. Dessa forma, três anos subsequentes permitem uma visão mais adequada quanto a manutenção de saldos para além do tempo indicado pelo pronunciamento.

#### 4 Resultados da Pesquisa

Considerando a literatura existente sobre o uso de escolhas contábeis e sobre a possibilidade de uso das mesmas para fins de gerenciamento de resultados, com vista à apresentação de resultados ou indicadores a favor de uma imagem melhorada da empresa, este estudo buscou verificar qual é o impacto do ativo não circulante disponível para venda sobre o indicador de liquidez.

As Tabelas 05, 06 e 07 a seguir, apresentam algumas estatísticas descritivas relativas às empresas componentes da amostra e aos indicadores de liquidez calculados no período de 2013, 2014 e 2015:

Tabela 05 - Estatísticas descritivas da amostra: dados de 2013

Estatística	Ativo Total	Ativo circulante	ATNCMV*	LC sem ATNCMV**	LC com ATNCMV***
Média	30.638.388,03	6.751.096,39	669.535,19	0,93	1,42
1º quartil	1.167.308,50	360.780,50	5.904,00	0,56	0,90
2º quartil	2.427.735,00	1.317.979,00	21.353,00	0,84	1,28
3º quartil	8.362.816,00	4.294.610,00	153.620,50	1,07	1,87

Nota. \*Ativo não circulante mantido para venda (monetário) \*\* Liquidez Corrente calculada sem o Ativo Não Circulante Mantido para Venda \*\*\* Liquidez Corrente calculada pela fórmula tradicional.

Tabela 06 - Estatísticas descritivas da amostra: dados de 2014

Estatística	Ativo Total	Ativo circulante	ATNCMV*	LC sem ATNCMV**	LC com ATNCMV***
Média	40.578.016,42	8.283.198,55	596.961,64	1,18	1,41
1º quartil	1.022.591,00	345.393,00	8.289,00	0,55	0,76
2º quartil	2.670.504,00	806.236,00	22.000,00	1,02	1,13
3º quartil	8.500.067,00	3.712.243,00	250.837,00	1,71	1,79

Nota. \*Ativo não circulante mantido para venda (monetário) \*\* Liquidez Corrente calculada sem o Ativo Não Circulante Mantido para Venda \*\*\* Liquidez Corrente calculada pela fórmula tradicional.

Tabela 07 - Estatísticas descritivas da amostra: dados de 2015

Estatística	Ativo Total	Ativo circulante	ATNCMV*	LC sem ATNCMV**	LC com ATNCMV***
Média	34.605.019,72	7.647.393,31	291.507,44	1,26	1,44
1º quartil	697.480,50	270.552,50	4.091,00	0,44	0,55
2º quartil	2.762.320,00	963.293,00	47.202,00	0,89	1,06
3º quartil	8.388.848,50	3.881.446,25	227.860,25	1,47	1,58

Nota. \* Ativo não circulante mantido para venda (monetário) \*\* Liquidez Corrente calculada sem o Ativo Não Circulante Mantido para Venda \*\*\* Liquidez Corrente calculada pela fórmula tradicional.

Com relação ao tamanho das empresas em 2013, verificou-se que as empresas possuem, na média, ativo total de R\$ 30.638.388,03, ativo circulante de R\$ 6.751.096,39 e ativo não circulante mantido para venda de 669.535,19. Em 2014 e 2015, os valores não apresentaram grande variação.

A estatística do primeiro quartil indica que 25% da amostra obteve ativo total até o valor de R\$ 1.167.308,50 em 2013, até R\$ 1.022.591,00 em 2014 e até R\$ 697.480,50 em 2015. O segundo quartil indica que 50% da amostra apresentam um ativo total de até R\$ 2.427.735,00 em 2013, de até R\$ 2.670.504,00 em 2014 e de até R\$ 2.762.320,00 em 2015. Já o terceiro quartil indica que 75% da amostra apresenta um ativo total de até R\$ 8.362.816,00 em 2013, de até R\$ 8.500.067,00 em 2014 e de até R\$ 8.388.848,50 em 2015. Há, portanto, um indicativo de que os 25% de empresas da amostra que apresentaram ativo total maior que R\$ 8.500.067,00 impactaram fortemente o cálculo do tamanho médio das empresas.

Com relação ao Ativo Não Circulante Mantido para Venda, verificou-se uma média, em valor monetário, de R\$669.535,19 em 2013, R\$596.961,64 em 2014 e de R\$ 291.507,44 em 2015.

A Tabela 08, a seguir, apresenta os resultados do teste t Student que foi utilizado em 2013 e 2014 para testar se existem diferenças significativas entre as variáveis de liquidez corrente nas amostras emparelhadas.

Tabela 08 – Resultados dos testes de amostras emparelhadas para os anos de 2013 e 2014

Pares	Média	Desvio Padrão	Erro Padrão da média	Inferior	Superior	T	F	Sig. (2ext)
Amostras emparelhadas 2013								
LC sem ANCMV* LC tradicional**	0,257	0,622	0,11	0,02	0,486	2,30	30	0,028
Amostras emparelhadas 2014								
LC sem ANCMV* LC tradicional**	0,210	0,497	0,82	0,41	0,378	2,53	35	0,016

Nota. \* Liquidez Corrente calculada sem o Ativo Não Circulante Mantido para Venda \*\* Liquidez Corrente calculada pela fórmula tradicional.

O nível de significância apresentado em 2013 é de 0,028 e 2014 é 0,016 ambos menores que 0,05, o que leva a rejeição da hipótese nula de que as médias são iguais.

A Tabela 09, a seguir, apresenta os resultados do teste não paramétrico de Wilcoxon para duas amostras emparelhadas em 2015, teste utilizado como alternativa ao t Student, devido à característica de não normalidade dos dados em análise, conforme já colocado.

Tabela 09 – Resultados do teste de Wilcoxon para o ano de 2015

Hipótese Nula	Teste	Sig	Decisão
A mediana das diferenças entre a Liquidez Corrente sem o Ativo Não Circulante Mantido para Venda e a Liquidez Corrente tradicional é igual a 0 (Zero)	Teste de Sinal de Amostras Relacionadas	0,0	Rejeita-se a hipótese nula
A mediana das diferenças entre a Liquidez Corrente sem o Ativo Não Circulante Mantido para Venda e a Liquidez Corrente tradicional é igual a 0 (Zero)	Teste dos postos sinalizados de Wilcoxon de amostras relacionadas	0,0	Rejeita-se a hipótese nula

Conforme apresentado na tabela anterior, com  $Sig < 0,05$ , o teste de Wilcoxon rejeitou a hipótese nula de que a mediana das diferenças entre a Liquidez Corrente sem o Ativo Não Circulante Mantido para Venda e a Liquidez Corrente tradicional é igual a 0 (zero).

Dessa forma, conforme apresentado nas tabelas 8 e 9, verifica-se que a reclassificação do ativo não circulante mantido para venda, quando analisada para a amostra em estudo, afeta o indicador liquidez corrente, visto que há uma diferença estatisticamente significativa entre o indicador de liquidez com e sem o ativo não circulante mantido para venda apresentado no período.

Tais resultados trazem abertura para uma discussão referente à importância de se ter uma norma que restrinja a reclassificação de ativos não circulantes para ativos não circulantes mantidos para venda, de modo a prezar por uma contabilidade que forneça uma informação fidedigna e útil para a tomada de decisão. Isso porque a rejeição da hipótese nula permite o entendimento de que a reclassificação, por causar efeito significativo sobre um indicador tão utilizado por investidores para a tomada de decisão de investimentos e para a análise da saúde financeira das empresas, poderia dar abertura às reclassificações para fins de melhorar a imagem da empresa através de seus indicadores financeiros.

É importante destacar que os resultados dos testes t Student e Wilcoxon apresentados não necessariamente indicam que as empresas reclassificaram o ativo não circulante mantido para venda para mascarar os resultados, de modo a prejudicar terceiros e utilizar dessa reclassificação para benefício próprio e em desfavor ao usuário da informação, já que se a empresa adota fielmente aos requisitos de reclassificação traduzidos pelo CPC 31, os resultados seriam condizentes com a real situação financeira da empresa.

A Tabela 10, a seguir, apresenta os resultados da análise de regressão simples rodada para os dados de 2013, 2014 e 2015, na qual a Liquidez Corrente calculada pelo indicador tradicional é a variável dependente e o Ativo Não Circulante Mantido para Venda é a variável independente.

Tabela 10 - Resultados das regressões realizadas para as amostras dos anos de 2013 à 2015

Ano	Variável dependente	Variável independente	R <sup>2</sup>	Sig. F	P Valor
2013	Liquidez Corrente (indicador tradicional)	Ativo Não Circulante Mantido para Venda	0,010	0,593	0,593
2014	Liquidez Corrente (indicador tradicional)	Ativo Não Circulante Mantido para Venda	0,003	0,764	0,764
2015	Liquidez Corrente (indicador tradicional)	Ativo Não Circulante Mantido para Venda	0,008	0,627	0,627

O R<sup>2</sup> da regressão, que representa o coeficiente de explicação da variável liquidez pela variável ativo não circulante mantido para venda (Fávero, 2009), para o modelo rodado para o ano de 2013, foi de 0,010 ou 1%. Já em 2014 foi de apenas 0,003 ou 0,3%, enquanto em 2015 foi de 0,008 ou 0,8%. Diante dos baixos coeficientes de explicação apresentados pelo R<sup>2</sup>, verifica-se que a variável ativo não circulante mantido para venda não explica a liquidez corrente a 95% de confiança.

Ainda, os resultados da significância do modelo em 2013 com Sig. F = 0,593, em 2014 com Sig. F = 0,764 e em 2015 com Sig. F = 0,627, todos maiores que 0,05, permitem aceitar a hipótese nula de não significância conjunta dos parâmetros da equação a 5%, ou seja, o modelo não é significativo em nenhum dos anos (Fávero, 2009).

Analisando os resultados no P valor por variável (no caso dos modelos em questão, havia apenas uma variável dependente: o ativo não circulante mantido para venda), observou-se um valor de 0,593 em 2013, em 2014 de 0,764 e em 2015 de 0,627 para a variável independente em estudo. Sendo maior que o estabelecido estatisticamente para o resultado de significância do parâmetro, que é  $<0,05$  ou 5% com 95% de confiança, verifica-se que a variável não é significativa. Os resultados indicam que a variável Ativo Não Circulante Mantido para Venda não explica o comportamento do indicador de liquidez corrente, apesar de ter havido uma diferença entre o indicador calculado pela fórmula tradicional e calculado sem o ativo não circulante mantido para venda.

Conforme discutido na revisão bibliográfica, a reclassificação é permitida para os eventos dos quais realmente se espera acontecer uma transação de venda, de tal modo que esta seja altamente provável e desde que a venda seja concluída no prazo de um ano a contar da data de classificação do ativo como mantido para venda, assim reduzindo as distorções das informações divulgadas. Devido à diferença estatisticamente significativa entre as médias das amostras emparelhadas, entende-se que a reclassificação dos ativos dá uma abertura para a possibilidade de reclassificação para fins de manipulação do indicador de liquidez, o qual, conforme Martins, Diniz e Miranda (2012) evidencia, juntamente com os demais indicadores de liquidez, a situação financeira de uma empresa frente aos compromissos financeiros assumidos e são utilizados por praticamente todos os analistas (Matarazzo, 2008 como citado em Martins, Diniz e Miranda, 2012, p. 191).

As exigências da norma restringem a reclassificação indevida, apesar de não garantirem que as reclassificações não alterariam os indicadores contábil-financeiros, favorecem potencialmente as análises trazendo informações mais confiáveis à realidade, aumentando a qualidade da informação contábil e diminuindo o gerenciamento de resultado.

Com relação aos requisitos da norma, conforme colocado, a mesma demanda ainda que as empresas que reclassifiquem ativos não circulantes como mantidos para venda apresentem os passivos relacionados ao ativo não circulante mantido para venda separadamente dos outros passivos no Balanço Patrimonial. Verificou-se para a amostra estudada, que, no ano de 2013, apenas três empresas da amostra apresentaram passivo de curto prazo relacionado, enquanto apenas uma empresa da amostra apresentou passivo de longo prazo relacionado aos ativos não circulantes mantidos para venda. No ano de 2014, apenas duas empresas da amostra apresentaram passivo de curto prazo relacionado, enquanto apenas uma empresa da amostra apresentou passivo de longo prazo relacionado aos ativos não circulantes mantidos para venda. Já no ano de 2015, verificou-se que quatro empresas da amostra apresentaram passivo de curto prazo relacionado, enquanto duas empresas da amostra apresentaram passivo de longo prazo relacionado aos ativos não circulantes mantidos para venda.

A falta de uma análise mais aprofundada dos passivos relacionados ao ativo é indicada como uma limitação da pesquisa, apesar de não ter sido escopo do trabalho, e não permite verificar se realmente não haviam passivos relacionados para a maioria das empresas ou se apenas não foram evidenciados adequadamente.

Ainda referente à análise dos passivos relacionados, foi identificada uma aparente falha da norma, a qual não é clara quanto à necessidade de reclassificação dos passivos relacionados ao ativo não circulante mantido para venda para o passivo circulante, apesar de exigir que o mesmo seja destacado dos demais passivos. Apesar da não clareza da norma, observou-se que, na prática, as empresas não estão reclassificando os passivos relacionados, já que os mesmos são apresentados tanto na classificação de curto prazo (passivo circulante), quando na de longo prazo (passivo não circulante), não deixando, porém, de destaca-los dos demais, identificando que são relacionados ao ativo não circulante mantido para venda.

Fazendo uma análise comparativa entre as contas de ativo não circulante mantido para venda em todo período de análise, verificou-se que, das empresas componentes da amostra em cada ano, 19 empresas que apresentaram a conta em estudo no ano de 2013 também apresentaram a conta nos anos de 2014 e 2015, conforme apresentado na Tabela 11, a seguir:

Tabela 11- Empresas que apresentaram ativo não circulante mantido para venda em todo o período de análise

Empresas	2013	Var*	2014	Var*	2015
Battistella ON (BTTL3)	120,00	0,00	120,00	0,02	122,00
Biosev ON (BSEV3)	46.993,00	-0,86	6.636,00	-0,47	3.506,00
Cambuci ON (CAMB3)	18.526,00	-0,55	8.289,00	0,79	14.851,00
Ccx Carvao ON (CCXC3)	292.825,00	0,12	328.248,00	0,47	482.548,00
Energias BR ON (ENBR3)	2.327.633,00	-0,95	107.054,00	0,14	122.442,00
Energisa ON (ENGI3)	151.701,00	25,19	3.972.727,00	-0,60	1.596.212,00
Forja Taurus ON (FJTA3)	5.588,00	-0,21	4.417,00	-0,03	4.286,00
Gafisa ON (GFSA3)	114.847,00	-0,04	110.563,00	-0,04	105.857,00
JSL ON (JSLG3)	137.013,00	0,26	172.786,00	0,31	226.336,00
Localiza ON (RENT3)	16.520,00	0,11	18.306,00	0,74	31.780,00
Mangels Indl ON (MGEL3)	339,00	0,04	353,00	0,07	377,00
Mgi Minas Gerais Part SA ON (22942 ON)	11.764,00	-0,01	11.649,00	-0,15	9.878,00
MMX Miner ON (MMXM3)	7.053.543,00	-0,95	335.387,00	-0,07	312.077,00
Multiner S/A ON (21520 ON)	147,00	0,00	147,00	0,00	147,00
OSX Brasil ON (OSXB3)	3.431.822,00	-0,12	3.022.124,00	0,31	3.962.954,00
Petrobras ON (PETR3)	5.638.285,00	-1,00	13.000,00	44,77	595.000,00
Petrorio ON (PRIO3)	155.540,00	0,66	258.158,00	-0,71	73.644,00
Recrusul ON (RCSL3)	6.220,00	-0,91	539,00	-0,61	212,00
Viavarejo ON (VVAR3)	15.489,00	-0,10	14.000,00	-0,50	7.000,00

Nota. Var\*: Variação dos valores da conta ativo não circulante mantido para venda de um ano para o outro.

Verificou-se que 28% das empresas que apresentaram a conta de ativo não circulante mantido para venda em todo o período de análise apresentaram crescimento na conta, o que chama a atenção para a possibilidade de não cumprimento do prazo para reclassificação dos itens mantidos para venda para o ativo não circulante, já que, conforme Mackenzie et. al. (2012) a venda do item reclassificado deve ser completada, ou espera-se que seja, em até um ano após a data de classificação.

Não se pode afirmar, porém, que os itens apresentados em cada ano não tiveram necessariamente sua venda completada no prazo de um ano, já que não foi feita uma análise contínua do que foi reclassificado entre os períodos (fechamento dos anos). Além de que podem realmente não ter completado a venda no prazo, mas terem cumprido os requisitos da norma, a qual permite a prorrogação do prazo em situações especiais devido a algum acontecimento ou circunstância fora do controle da empresa, desde que exista suficiente evidência do comprometimento da empresa com a intenção de venda do ativo (CPC 31, 2009).

## 5 Conclusão

A partir da análise dos resultados, verificou-se a existência de uma diferença estatisticamente significativa entre os indicadores de liquidez calculados na separação das duas amostras emparelhadas, o que indica que o ativo não circulante mantido para venda afeta

o resultado do indicador de liquidez corrente. Na comparação dos indicadores de liquidez corrente calculados das duas formas indicadas, notou-se uma redução óbvia naquele calculado sem o Ativo Não Circulante Mantido para Venda.

Verificou-se que a possibilidade de reclassificação possa dar uma abertura à reclassificação para fins de gerenciamento de resultado, no entanto, não é possível afirmar que existe a prática de gerenciamento para fins de melhorar o resultado, isso porque se o valor do ativo não circulante mantido para venda for alto, o mesmo afetará a liquidez corrente mesmo que a empresa realize a reclassificação de acordo com a norma.

Poucas empresas da amostra apresentaram os passivos relacionados ao ativo não circulante mantido para venda separadamente dos outros passivos no Balanço Patrimonial, ou por realmente não terem passivos relacionados, ou por não estarem cumprindo os requisitos da norma, possibilidade que não foi estudada de forma aprofundada.

Foi especulada a possibilidade de não cumprimento do prazo para reclassificação dos itens mantidos para venda para o ativo não circulante, visto que 28% das empresas que apresentaram a conta de ativo não circulante mantido para venda em todo o período de análise apresentaram crescimento na conta ao longo de todo o período. O não cumprimento da norma, no entanto, não é uma afirmação sustentada de forma satisfatória e, portanto, não é conclusiva.

A pesquisa apresentada teve limitações para encontrar artigos já publicados sobre o presente estudo, apresentado ao longo da pesquisa. No entanto, aponta-se a originalidade do tema, destacando-se não houve finalidade de esgotar o assunto, mas de abrir caminho para novas investigações. Aponta-se ainda como limitação, a restrição do estudo apenas para o ativo não circulante mantido para venda, sem abranger as operações descontinuadas.

Para as próximas pesquisas, apresentam-se as seguintes possibilidades: a) a investigação do adequado cumprimento do Pronunciamento Técnico CPC 31 quanto aos requisitos de reclassificação do ativo não circulante mantido para venda; b) a investigação dos reflexos da classificação de um ativo não circulante como mantido para venda em outros indicadores, 3) a investigação quanto ao cumprimento do prazo para a manutenção do ativo não circulante classificado como mantido para venda.

### **Referências**

Barbosa, J. E., Neto, Dias, W. O. & Pinheiro, L. E. T. (2009). Impacto da convergência para as IFRS na análise financeira: um estudo em empresas brasileiras de capital aberto.

*Contabilidade Vista & Revista*, 20(4), 131-153.

Batista, E. M. B. (2008). *Análise do perfil das empresas brasileiras segundo o nível de gerenciamento de resultados*. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Black, R. & Nakao, S. H. (2017). Heterogeneidade na qualidade do lucro contábil entre diferentes classes de empresas com a adoção de IFRS: evidências do Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, 28(73), 113-131.

Cardoso, R. L. & Martinez, A. L. (2006). *Gerenciamento de resultados contábeis no Brasil mediante decisões operacionais*. In: *ENANPAD*, 30, 2006, Salvador/BA. *Anais... Rio de Janeiro: ANPAD. CD-ROM*.

Cohen, D.A.; Dey, A. & Lys, T.Z. (2008) Real and accrual-based earnings management in the pre- and post-Sarbanes-Oxley periods. *The Accounting Review*, 83(3), 757-787.

Coelho, A. C. D. & Lopes, A. B. (2007). Avaliação da prática de gerenciamento de resultados na apuração do lucro por companhias abertas brasileiras conforme seu grau de alavancagem financeira. *Revista de Administração Contemporânea*, 11(spe2), 121-144.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 31. (2009). *Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada*.

Decourt, R. F. et al. (2014). Existe Gerenciamento de Resultados nas empresas com ações negociadas na BM&FBovespa. In: *Congresso Anpcont*. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro.

Fávero, L. P. (2015). *Análise de Dados Modelos de regressão com Excel, Stata e Spss* 1. ed. - Rio de Janeiro: Elsevier.

Fávero, L. P.; Belfiore, P.; DaSilva, F. L. & Chan, B. L. (2009). *Análise de Dados: Modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Fields, T. D.; Lys, T. Z. & Vincent, T. L. (2001). Empirical research on accounting choice. *Journal of Accounting and Economics*, 31, 255–307.

Francis, J. (2001). Discussion of empirical research on accounting choice. *Journal of Accounting and Economics*, 31(1–3), Setembro, 309-319.

Gertze, W.; Mahindi, C.; Makosa, A.; Maliti, P. N.; Mushonga, E. & Wyk, J. J. V. (2016). *Non-current Assets Held for Sale and Discontinued Operations*. In *Financial Accountings 201, FAC611s*. Namibia: Namibia University of Science and a Technology. Recuperado de <http://www.nust.na/sites/default/files/documents/2016-FAC611S-Chapter%2019%20Non%20current%20assets%20held%20for%20sale%20and%20discontinued.pdf>.

Goulart, A. M. C. (2007). *Gerenciamento de resultados contábeis em instituições financeiras no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

Healy, P.M. & Wahlen, J.M. (1999). A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting Horizons*, 13(4), Dezembro, 365-383.

Joia, R. M.; Nakao, S. H. (2014). Adoção de IFRS e gerenciamento de resultado nas empresas brasileiras de capital aberto. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 8(1), 22-38.

Klann, R. C. (2011). *Gerenciamento de Resultados: Análise comparativa de empresas brasileiras e inglesas antes e após adoção das IFRS*. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau.

Klann, R. C.; Beuren, I. M. & Hein, N. (2009). Impacto das diferenças entre as Normas Contábeis Brasileiras e Americanas nos indicadores de desempenho de empresas Brasileiras com ADRs. *Brazilian Business Review*, 6(2), maio-agosto, 154-173.

Libby, R. & Seybert, N. (2009). Behavioral studies of the effects of regulation on earnings management and accounting choice. *Accounting, Organizations, and Institutions: Essays for Anthony Hopwood*. Oxford University Press. Recuperado de <http://ssrn.com/abstract=1366425>.

Lopes, A. B. (2002). *A informação contábil e o mercado de capitais*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

Mackenzie, B.; et al. (2012). *IFRS: Interpretação e Aplicação*. Porto Alegre: Bookman.

Marcelino, M.; Albuquerque F. H. F.; Quirós J. T. & Justino, M. R. F. (2016). A influência da cultura e do julgamento profissional sobre a contabilidade: uma análise sob o ponto de vista dos preparadores da informação em Portugal. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 10(1), 65-89.

Marion, J. C. (2010). *Análise das demonstrações contábeis*. São Paulo: Atlas.

Martinez, A. L. (2011). *Gerenciamento dos Resultados Contábeis: Estudo empírico das companhias abertas brasileiras*. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

Martins, E.; Diniz, J. A.; & Miranda, G. J. (2012). *Análise avançada das demonstrações contábeis: Uma abordagem crítica*. São Paulo: Atlas.

Matarazzo, D. C. (2008). *Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial*. 6 ed. São Paulo: Atlas.

Murcia, F. D. R.; Carvalho, L. N. (2007). Conjecturas Acerca do Gerenciamento de Lucros, Republicação das Demonstrações Contábeis e Fraude Contábil. *Contabilidade Vista & Revista*, 18(4), 61-82.

Nardi, P. C. C.; Nakao, S. H. (2009). Gerenciamento de resultados e a relação com o custo da dívida das empresas brasileiras abertas. *Revista Contabilidade & Finanças*, 20(50), 77-100.

Pastor, L. & Stambaugh, R. F. (2001). *Liquidity Risk and Expected Stock Returns*. *CRSP Working Paper*. Recuperado de <http://ssrn.com/abstract=279804>.

Paulo, E. (2007). *Manipulação das informações contábeis: Uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados*. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

Silva, H. H. A., Albuquerque, L. S.; Luz, J. R. M. & Dantas, R. F. (2016). Impairment Test: um Estudo sobre o Nível de Conhecimento dos Alunos do Curso de Ciências Contábeis das Universidades Públicas do Estado da Paraíba. *Reuna*, 21(1), 29-52.

Souza, F. A., Botinha, R. A., & Lemes, S. (2016). *A Comparabilidade das Escolhas Contábeis na Mensuração de Ativos Intangíveis de Companhias Abertas Brasileiras e Portuguesas*. *RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia*.

Van Tendeloo, B. & Vanstraelen, A. (2005). Earnings management under German GAAP versus IFRS. *European Accounting Review*, 14, 155-180.

Van Beest, F. (2009). *Rules-based and principles-based accounting standards and earnings management*. Working Paper. Recuperado de <http://www.ru.nl/nice/workingpapers>.

Voss, G.; Prewysz-Kwinto, P. (2015). Assets Held for Sale and Discontinued Operations – Evaluation of Liquidity – Determination of Ratio – or Necessity of Adjustment. *Eurasian Journal of Economics and Finance*, 3(1), 13-21.